

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

Formação para representantes do SINDIUTE: Racismo e LGBTfobia em pauta

Training for SINDIUTE representatives: Racism and LGBTphobia in question

Clauber Nascimento de Sousa¹, José Olímpio Ferreira Neto²

1 <https://orcid.org/0000-0001-6305-6894>, Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, clauber.nascimento@educacao.fortaleza.ce.gov.br, 2 <https://orcid.org/0000-0002-7258-467X>, Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar, por meio de reflexão, o processo de formação dos representantes do SINDIUTE como via de conhecimentos alinhados com os direitos humanos. No percurso, foi dado destaque na luta antirracista e contra LGBTfobia como conteúdos que reverberam nas salas de aula. Essa pesquisa se caracteriza como qualitativa, tendo o elemento humano como fundamental no processo, a partir da análise documental da proposta formativa do sindicato. As vivências dos autores, a partir de relatos autobiográficos também foram objeto de análise ao lado da grade temática dos processos formativos do SINDIUTE. Como resultados, é notória a importância da formação continuada dos representantes do sindicato. O conteúdo abordado nos encontros opera questões sociais que se alinham com a realidade dos estudantes. É possível considerar que a formação do conselho é um locus relevante para a qualidade da educação de Fortaleza.

Palavras-chave. Formação; Sindicato; Educação Antirracista; LGBTfobia.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the training process for SINDIUTE representatives as a pathway to knowledge aligned with human rights. Throughout the process, the anti-racist and anti-LGBTQ struggles were highlighted as topics that resonate in classrooms. This research is characterized as qualitative, with the human element fundamental to the process, based on a documentary analysis of the union's training proposal. The authors' experiences, based on autobiographical accounts, were also analyzed alongside the thematic framework of SINDIUTE's training processes. The results demonstrate the importance of ongoing training for union representatives. The content covered in the meetings addresses social issues that align with the students' realities. The council's training can be considered a relevant locus for the quality of education in Fortaleza.

Keywords. Training; Union; Anti-racist education; LGBTphobia.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, diversos desafios têm tomado conta da temática educacional, entre esses, estão as lutas contra o racismo e contra a LGBTfobia, em destaque, que vêm sendo trabalhados, inclusive pelos autores signatários, a exemplo de Ferreira Neto (2022a; 2022b; 2022c), Ferreira Neto e Barbosa (2022), Sousa e Ferreira Neto (2023). Conforme Candau e Russo (2010), são diferentes grupos que tomam conta

do cenário nacional e internacional em luta por seus direitos. O campo educacional também é um campo de disputas nos quais permeia o olhar do colonizador e de seus reprodutores a interesse do capital, bem como as comunidades que não estão mais silenciadas. Então, a escola, como elemento deste campo, figura como lócus laboral para o exercício da atividade do professor, pois, assim como a instituição pode agregar mais conhecimentos profissionais, também pode engessar o seu crescimento profissional. Essa perspectiva é notória, quando escolas particulares, alinhadas a grandes grupos empresariais, obstam o desenvolvimento da criticidade, pois o modo de sociabilidade escolhido é o capital.

O funcionamento do sistema educacional, muitas vezes, parece estar distante da dinamicidade multifacetada da sociedade contemporânea. Principalmente, quando desconsidera as peculiaridades da comunidade escolar de cada território, ou conforme Candau e Russo (2010), desconsideram a diversidade cultural. Segundo Zeichner (2013), no período de 1960 a 1990, as Universidades foram protagonistas na formação dos professores nos EUA. Naquele país, dentro desse contexto, há uma inclinação à entrega dessa função à iniciativa privada, principalmente em estados mais conservadores. Importante nos debruçarmos sobre esse tema, pois a própria sobrevivência da escola pública nos EUA tem sido motivo de embates (Zeichner, 2013).

Em contextos dessa natureza, que se aproximam de nós, é preciso fortalecer a atuação dos sindicatos em geral, pois se configuram como agentes de luta por direitos, opondo-se à perspectiva do colonizador, de base patriarcal e vinculado ao modo de sociabilidade do capital. Zeichner (2013) postula que, cada vez mais a formação dos professores está sendo apoiada em outras instituições não-universitárias, o autor chama esse processo de transferência de preparação de professores. Nesse contexto, o sindicato figura na luta contra esse tipo de imposições das instituições privatistas que visam apenas o lucro.

No campo da formação continuada, universidades e Estado figuram como os principais responsáveis pela oferta de cursos destinados a professores. Entretanto, muitos desses processos formativos apresentam fragilidades, seja pela ausência de qualidade, seja pela limitação de seus recortes teóricos. Nesse cenário, compreendemos e defendemos que os sindicatos também podem se destacar como

agentes de apoio, atuando ao lado dos docentes e contribuindo para o fortalecimento de sua formação.

Como estamos falando de caminhos de formação docente, Imbernón (2016) nos provoca ao dizer que, o movimento formativo, exclusivamente focado em desempenho, provém de um modelo empresarial. O qual tem como base criar escolas de elite, que seriam legitimadas através de critérios de classificação. Contudo, Imbernón (2016) relata, ainda, que uma escola que realmente faça sentido necessita de uma visão colaborativa, a qual faz parte um processo democrático que vai em oposição a teorias conservadoras.

Nessa esteira, entendemos que esse processo plural da construção de uma escola eficiente perpassa obrigatoriamente o trabalho professoral. Segundo Imbernón (2016), um processo desse tipo convida os professores a participarem de maneira mais ativa nas formações, promovendo assim a sua reflexão, por meio de sua prática em sala de aula.

Nessa direção, Machado *et al.* (2004) afirmou que nas últimas décadas há uma tentativa maior de intervenção do Estado no trabalho professoral. Por conta disso, tem despertado nos docentes um sentimento de falta de autonomia, gerando estresse, insegurança e uma crise de identidade profissional.

Em relação a esse ponto, observamos que o Sindicato União dos Trabalhadores em Educação do Município de Fortaleza - SINDIUTE, por meio do seu conselho de representantes, apresenta uma formação continuada que rompe com o tradicionalismo e propõe temas pertinentes ao cenário educacional atual. O sindicato vislumbrou empiricamente, por meio dos professores associados, a necessidade de formações que transcendem o cânone mais conservador, focado apenas em marcadores de desempenhos quantitativos, que não agudizam os anseios socialmente referenciados da comunidade escolar, principalmente os que atuam em lugares de situação de vulnerabilidade social como os professores municipais de Fortaleza (Sousa, 2023; 2024).

Em face disso, fazemos a seguinte indagação: Como a formação continuada do conselho de representantes do SINDIUTE reflete na prática dos professores em sala de aula? A partir dessa problemática, foi concebido o objetivo do trabalho que é analisar, por meio de reflexão, o processo de formação dos representantes do

SINDIUTE como via de conhecimentos alinhados com os direitos humanos, tendo a luta contra LGBTfobia e a luta antirracista como direção.

É relevante destacar que, para Freire (2023), não são suficientes apenas problematizações teóricas; crítica e ação são inseparáveis, logo urge a junção desses termos a fim de atingir uma educação crítica e libertadora. Da mesma forma, Bento (2022) aponta que há um preconceito incrustado nas instituições. Nesse sentido, precisamos ocupar esses espaços a fim de desvelar um pacto bem pensado e operado que silencia corpos subalternizados.

O presente trabalho tem como justificativa pessoal a trajetória dos autores, professores de Escola Pública da Rede de Educação do Município de Fortaleza, atuantes no Ensino Fundamental, que tem experiências e vivências que perpassam pela comunidade LGBT+ e pela população negra. Sempre participam dos movimentos grevistas do SINDIUTE. Além disso, um deles, Prof. Clauber Sousa (2023; 2024), que traz seus relatos de experiência à baila, é representante sindical dos professores da Escola Municipal José Bonifácio de Sousa - EM JBS. A justificativa política e social está ancorada no fato de que essa experiência está diretamente relacionada à luta por direitos da categoria profissional e de grupos minorizados, em especial população negra e comunidade LBGT+, identidades que são interseções no contexto escolar.

Para dar notícia da presente reflexão empírico-teórica, o trabalho foi dividido nas seguintes seções: introdução, seguida de metodologia, referencial teórico, resultado e discussão e as considerações finais. A seguir, a metodologia vai tratar dos caminhos para alcançar o objetivo proposto.

2. MÉTODO

Nesta seção, é apresentada a abordagem metodológica adotada para o desenvolvimento do presente estudo, bem como as etapas que orientaram a investigação decorrente da problemática proposta. Essa é uma pesquisa classificada como qualitativa, pois, conforme Gil (1991), visa uma discussão ativa e aprofundada do um fenômeno, que é a base do *corpus* proposto. A partir da combinação de técnicas, foi desenvolvido uma pesquisa descritiva, a partir da técnica da observação participante, numa perspectiva etnográfica, na esteira de Silva e Ferreira Neto (2021), com registros de relatos autobiográficos de Sousa (2023; 2024), além da

análise documental dos documentos formativos, vistos a partir do olhar de teóricos base do estudo, apresentado na introdução.

Sendo assim, a primeira etapa do nosso estudo consistiu em apresentar recortes de teóricos que dialogassem como o tema o qual estamos propondo, a fim de desenvolver uma reflexão crítica sobre a experiência formativa ora apresentada. Nos passos de Gil (2002), foi possível propor a ressignificação do percurso formativo, considerando que a temática em questão ainda constitui um campo de investigação pouco explorado.

Diante da carência de sistematização, análise e interpretação dos dados empíricos sobre uma determinada temática, buscamos desenvolver uma coleta de dados diversificada, promovendo um diálogo entre diferentes fontes (Gil, 2002). Nessa perspectiva, reconhecemos a presença do olhar empírico do pesquisador como elemento constitutivo da descrição da realidade investigada. Em consonância, Flick (2009), que defende o uso de múltiplas fontes de informação como estratégia para iluminar aspectos não evidentes de uma mesma realidade, desenvolvemos esse estudo articulando os dados empíricos e esse movimento formativo a partir do sindicato.

Imbernón (2016) explica que a reflexão é um pilar importante para o trabalho professoral, indicando que devemos estabelecer conexões de pensamentos que saltem o que é considerado apenas teórico. Nessa direção, é correto afirmar que o próprio ato de pesquisar suas práticas é um ato formativo com função social relevante.

O objeto de análise são os certificados de conclusão do curso de formação do SINDIUTE, que trazem a programação do percurso formativo, nos anos de 2023 e 2024. Aliados a esse material, estão as narrativas autobiográficas de Sousa (2023; 2024). Os certificados apontam para os conteúdos ministrados durante o processo formativo, os conteúdos foram repassados ao representante do conselho que, em contrapartida, teve a incumbência de repassar a todo corpo docente da escola.

Esses documentos se apresentam como uma fonte não divulgada e não tratada, servindo como pano de fundo para desenvolver uma pesquisa documental. Segundo Gil (2002), uma pesquisa documental oferece diversas vantagens. Inicialmente, é relevante destacar que os documentos representam uma fonte rica e consistente de informações. Por sua permanência ao longo do tempo, tornam-se a

principal base de dados em investigações de cunho histórico. Entre essas fontes documentais estão documentos escritos, tais como cartas, relatórios, documentos oficiais, jornais etc. Também podem ser registros não escritos como fotografias e vídeos. Conforme Gil (2002) esses documentos fornecem dados e informações que não receberam um tratamento analítico, mas podem, a partir de uma análise contextualizada aprofundar o conhecimento sobre um dado fenômeno. Entendemos que no contexto apresentado, a programação do curso aliado às narrativas são objetos de análise para o desenvolvimento da reflexão crítica proposta. A seguir, desenvolvemos a fundamentação teórica.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabe-se que a dinamicidade de disciplinas lecionadas no currículo da educação básica, provoca, na escola, um espaço onde os educandos acabam lidando com conhecimentos bem distintos uns dos outros. Os próprios professores, em sua variedade de componentes curriculares, sentem dificuldades em promover pontos comuns a serem trabalhados por todos enquanto comunidade escolar. Contudo, na esteira de Candau e Russo (2010), é possível afirmar que os desafios sociais transcendem os muros da escola, e estão em disputa nesta, são parte da realidade contemporânea. Assim, a comunidade escolar é evocada a dialogar com temas que atravessam a sociedade como um todo.

Por outro lado, devemos estar atentos, pois conforme Zeichner (2013) postula, há um movimento de reformadores nos EUA, que se auto-declaram empreendedores e nutrem que o atual sistema educativo é falido. Na mesma esteira, há um movimento da extrema-direita no nosso país que acompanha essa lógica, promovendo ideias como “escola sem partido” e a venda de *vouchers* para a matrícula de crianças em creche, além da privatização da gestão das escolas em algumas localidades do nosso país.

Vale ressaltar que Machado *et al.* (2004) já havia postulado que as atividades prescritas aos educandos na sala de aula acabam, ainda que de maneira mais extensiva, atingindo também os seus familiares. Consequentemente, também atinge à sociedade de forma reverberada. Nesse sentido, o trabalho professoral desenvolve um papel decisivo, pois enfrentam desafios em sala de aula em comum com os familiares dos educandos.

Em relação a esse tema, Imbernón (2016) relata que, além dos desafios da sala de aula, o trabalho professoral tem sido mais difícil ao longo dos anos, pois enfrenta a desvalorização de salários, escassez de recursos, carreira pouco atraente, gerando profissionais desmotivados e com licenças laborais por doença. Esse cenário, descrito teórico espanhol sobre a realidade de seu país, também se aplica à realidade brasileira, destaque para a região Nordeste, na qual estamos inseridos, percebendo as mais diversas situações desafiadoras, pois vivemos em uma região que se destaca nos problemas sociais.

Em função de descortinar o que nos é imposto, Freire (2023) nos convida a transformar o sistema educacional, postulando que não devemos manter um sistema morto, mas, ao contrário, que sejamos agentes de transformação da realidade. Além disso, adverte que, quanto mais os educandos forem reduzidos a meros depósitos de informação, na esteira da educação bancária, menos desenvolvem a criticidade.

Amparados nos teóricos expostos, consideramos que formações de professores, com enfoque menos conteudistas e mais focadas nos problemas da sala de aula socialmente referenciados, podem ser uma importante via para manter a saúde mental do professor, bem como sua motivação ao trabalho e consequentemente para uma melhoria do ambiente escolar. Diante desse cenário, Imbernón (2016) valida nosso pensamento ao propor mudar a escola por meio da subversão do papel do professor, alunos e comunidade escolar como um todo.

Nesse sentido, o SINDIUTE se coloca como inovador ao propor uma formação em cadeia que tem na ponta seu representante sindical, que repassa para a sua escola, o aprendizado que, como consequência, reverbera no conteúdo repassado aos alunos. Ao dar notícia dos assuntos tratados nas formações do sindicato, reforça o compromisso com a pauta de luta da sociedade. Os temas perpassam todos os componentes curriculares obrigatórios e estão contextualizados com as realidades e identidades dos sujeitos históricos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Como estamos falando de compartilhar os saberes, segundo Zeichner (2013), faz-se necessária uma divisão de responsabilidades entre comunidades locais, escolas e universidades para o processo de formação, principalmente no que se refere ao ensino em comunidades específicas. Com um viés menos técnico, o foco

das formações continuadas de sindicatos, como o SINDIUTE, por exemplo, está em desafios que perpassam a comunidade escolar como o racismo e a LGBTfobia.

Ferreira Neto e Barbosa (2022) e Sousa e Ferreira Neto (2023) destacam que as temáticas voltadas para grupos minorizados, tais como a população negra e a comunidade LGBTQIAPN+, é uma educação com fulcro nos direitos humanos. Amparados em Candau e Russo (2010), é possível apontar a luta antirracismo e a luta contra a LGBTfobia como exemplos explícitos das lutas que ecoam atualmente na sociedade. Essas identidades perpassam os sujeitos que estão na escola, entre alunos, professores e demais colaboradores. Sendo assim, pautar essas questões está em consonância com a dignidade humana, a paz e o desenvolvimento das pessoas.

Em um contexto estadunidense, segundo Zeichner (2013), um processo de formação continuada muitas vezes foi postulado por rotas alternativas, essas rotas seriam programas de formação ligados não a faculdades ou universidades, mas sim as redes de ensino.

Nesse ponto, devemos ter cuidado pois apesar de ainda termos uma formação continuada por meio de nossa rede de ensino, em todos os componentes curriculares, há a possibilidade de, subsequentemente, chegar ao nosso país proposta similar à norte-americana. Esse fato implicaria em perda de autonomia de documentos referenciais como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) e Documento Curricular Referencial de Fortaleza - DCRFor (Fortaleza, 2024).

Paralelamente, Machado *et al.* (2004) nos diz que os discursos objetivados por documentos referenciais da área da educação, levam o profissional a adotar certos discursos sem ter o direito de questioná-los, porém são carregados de subjetividades. Esses movimentos deixam de fora certos conceitos que são cruciais para formação dos professores.

Imbernón (2016, p. 99), reflete que: “apesar dos avanços nas políticas e práticas de formação permanente do professorado, sempre foi uma pedra angular na profissão”. Nesse sentido, é preciso “flexibilizar e adaptar a formação do professorado (e não apenas às necessidades do sistema, como se costuma fazer, sem levar em conta as necessidades práticas e contextuais dos docentes)”.

Em outras palavras, o excerto acima, nos faz refletir que flexibilizar e adaptar a formação do professorado significa criar programas que considerem não só as

exigências dos sistemas educacionais, mas também as realidades práticas enfrentadas pelos docentes em sala. Isso envolve escutar os professores, compreender seus contextos socioculturais e desafios cotidianos. A formação deve ser contínua, reflexiva e sensível às diferentes regiões, escolas e alunos. Assim, evita-se uma abordagem padronizada e distante da prática real. Logo, o objetivo é empoderar os professores, valorizando seu saber e promovendo autonomia crítica.

Aqui há um enlace com as ideias de Freire (2023), que afirma só existir uma educação crítica quando há uma busca inquieta. Para isso, é necessário que nos reinventemos, a fim de estimular a criticidade dos educandos. Nesse sentido, os professores não devem promover uma educação bancária.

É importante atentar a quem interessa disputar esse espaço formativo, uma vez que, nos EUA, há iniciativas que entregam o espaço educativo à iniciativa privada, como ressalta Zeichner (2013), uma vez numa palestra foi proferido que bons estudantes não precisam mais ir a grandes universidades, mas sim estudar online. Ou seja, o sistema educacional tem sido cada vez mais palco para uma construção de narrativas, as quais, por muitas vezes, parecem querer desacreditar a escola pública e seus profissionais.

Por conta disso, é necessário uma formação que direcione os profissionais e a comunidade escolar para temas que são pertinentes à atualidade. Esta é mais uma premissa que sustenta o sucesso da formação continuada no SINDIUTE, ou seja, direcionada ao perfil dos profissionais da rede municipal de Fortaleza. Pois grande parte do corpo docente da rede é formado por servidores públicos concursados, com carreira efetiva e que atuam como colaboradores ativos no processo formativo de seus pares, tal como o Prof. Olímpio Ferreira que é formador de Ciências e sempre reforça esses temas nos encontros formativos.

Como estamos falando de trabalhadores concursados, pegamos emprestado as reflexões de Imbernón (2016), porque de acordo com ele, há duas formas de contratação de um educador, a primeira como trabalho, contrato mais frágil e volátil e a segunda com modelo de funcionalismo público. Para Imbernón (2016), a segunda opção é mais vantajosa, inclusive para a aplicação de uma política de formação continuada, uma vez que nessa modalidade de concurso público a estabilidade proporciona ao profissional maior autonomia no trabalho e incentivo, dada a possibilidade de ascensão de níveis de profissionalização.

Além disso, Imbernón (2016) relata que boa parte dos países da Europa passa por uma espécie de apagão de professores devido a baixa demanda de atratividade da profissão, contudo na Espanha essa realidade é inversa, pois o país preza pelo concurso público, nas palavras do autor: “Seja como for não é o que acontece na Espanha, já que temos um excedente de professores que não exercem a profissão e estão à espera de trabalho” (Imbernón, 2016, p.98).

Na contramão, a Espanha apresenta um cenário distinto: há mais professores formados do que vagas disponíveis. Isso se deve, em parte, à valorização do concurso público como principal forma de ingresso na profissão. No entanto, esse modelo gera um excedente de docentes qualificados aguardando oportunidade. Realizado esse diálogo inicial com os teóricos que embasam as análises, seguimos para os resultados e discussões.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como especificado anteriormente, agora apresentamos nossa análise, a fim de lançar um olhar crítico para as discussões que pretendemos desenvolver. Sabendo que seria inviável analisar documentos de diversos anos, optamos por escolher o biênio 2023 e 2024 do Curso de Formação do Conselho de Representantes, pois está em consonância com a contemporaneidade segundo nosso recorte sincrônico.

O presente biênio apresentado pelos documentos, contou com oito formações. Sendo assim, chamamos atenção para alguns desses temas, os quais muitas vezes não são tratados nas formações, de todos os componentes curriculares obrigatórios, oferecidas pela SME/Fortaleza. Trazemos esses dados no quadro 1, logo a seguir, que foi elaborado pelos autores a partir dos certificados com o programa formativo.

Quadro 1 - Programação do Curso de Formação do Conselho de Representantes de 2023.

Programação			
Data	Tema	Palestrante	Carga horária

11/abr/2023	Dando voz à comunidade, dando voz à educação Financiamento da Educação, FUNDEB, Piso	Renê Silva Dr. Eduardo Ferreira	10h/a
17/mai/2023	Contra a LGBTfobia Como enfrentar o programa ultraliberal-conservador-facista que se desenvolveu no Brasil	Adriana Sales Leonardo Café Profa. Dra. Paulo Vieira	10h/a
19, 20 e 21/jun/2023	Análise de conjuntura, avaliação e planejamento O que mudou com a reforma da previdência	Ana Cristina Guilherme Dra. Natália Borges	10h/a
24/ago/2023	Análise de conjuntura Lançamento da campanha salarial de 2024	Prof. Helder Nogueira Ana Cristina Guilherme	10h/a

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale lembrar, ainda, que nem todos os componentes possuem uma formação com continuidade. Língua Portuguesa, Matemática e Ciências que apresentam uma certa continuidade, os demais têm formações de forma descontinuada e precarizada. Também não são recorrentes em formações complementares oferecidas por instituições de ensino superior, tendo em vista que tem objetivos diversos. No entanto, os conhecimentos que estão em fluxo nessas formações se atravessam, e o Curso de Formação do Conselho de Representantes vem preencher lacunas ou reforçar as formações em andamento.

Diante da programação de 2023, apontada no Quadro 1, é preciso destacar o encontro do dia 17 de maio de 2023 como objeto de análise. A formação continuada teve como temas “Contra a LGBTfobia” e “Como enfrentar o programa ultraliberal-conservador-facista que se desenvolveu no Brasil”, a formação aconteceu no Hotel Praia-Centro, localizado na cidade de Fortaleza (Sousa, 2023).

Nesse locus, há um projeto da extrema direita no país o qual escolhe como alvo as comunidades minorizadas, como a comunidade LGBT+. Tal projeto é orquestrado a fim de espalhar notícias falsas, as quais servem como pano de fundo para a propagação dos discursos de ódio, figurando como propostas de campanha de alguns partidos políticos no Brasil.

Além disso, para enfrentar um crime contra a dignidade humana, como a LGBTfobia, o SINDIUTE, além de ofertar formação continuada, propôs a criação de coletivos temáticos, entre eles o Coletivo LGBT. Esse grupo, organizado no aplicativo *WhatsApp*, promove alinhamentos e discussões pertinentes aos educadores declaradamente membros da comunidade LGBT+ da rede de ensino. Nesse espaço, são debatidas ações, problemas e possíveis soluções para diversos temas relacionados à diversidade, contribuindo para o fortalecimento de práticas inclusivas na educação (Sousa, 2023).

Em vista disso, o trabalho do SINDIUTE, no combate à LGBTfobia, revela-se de fundamental importância, nesse contexto. Por essa razão, a atuação do sindicato lança um olhar humanizado sobre uma temática frequentemente negligenciada por formações canônicas, promovendo uma abordagem crítica que desafia silenciamentos estruturais e epistemológicos.

Segundo Machado *et al.* (2004), há uma cascata hierárquica na qual a formação do professor está inserida, o que significa que aquilo que é proposto na formação é muitas vezes imposto por outros, como o Estado e as universidades. Por outro lado, Freire (2023) alerta que um dos motivos pelos quais certas transformações não ocorrem é o medo de algumas pessoas diante da liberdade.

Dentro dessa práxis, a formação promovida pelo SINDIUTE, por meio do Conselho de Representantes, constitui um convite à liberdade epistêmica e praxiológica, ao nos instigar a repensar temas que frequentemente são silenciados, sobretudo aqueles que envolvem populações subalternizadas e invisibilizadas.

Cabe destacar que os entes não promovem de maneira contínua uma formação para professores de todos os componentes curriculares obrigatórios, e, provavelmente, nem todos os núcleos formativos tratariam de temática alinhadas aos direitos humanos. No caso da SME Fortaleza, como destacamos acima, apenas os componentes curriculares obrigatórios Língua Portuguesa, Matemática e Ciências têm uma formação continuada com encontros periódicos e específicos. Os demais componentes sofrem com a descontinuidade dos processos.

Nesse ponto, podemos aplicar à nossa pesquisa, as reflexões de Zeichner (2013), pois ele pontua que, para os mais canônicos, a escola deve buscar o sucesso e que esse seria alcançado através do bom desempenho em avaliação de larga escala, obviamente tais avaliações não coadunam com esses temas. Inclusive, são trabalhados pontualmente nas salas de aula como apenas temas transversais.

De forma significativa, o SINDIUTE promoveu essa formação no Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, celebrado em 17 de maio. A data marca a decisão da Organização Mundial de Saúde - OMS, em 1990, de retirar a homossexualidade da lista de doenças, reconhecendo-a como uma expressão legítima da diversidade humana. Essa data chama atenção para os preconceitos ainda presentes na sociedade e nos convida a refletir sobre o papel dos documentos orientadores na reprodução ou questionamento de preconceitos.

Convém lembrar que essa formação foi levada ao corpo docente da EM JBS no dia subsequente, pelo representante sindical autor signatário (Sousa, 2023). Nesse movimento, o SINDIUTE entra em oposição às formações conservadoras, pois de acordo com Imbernón (2016, p. 134): “Há um acúmulo curricular onde aparato técnico é mais importante que o reflexivo e o prático”. Em outras palavras, pautar-se pelo conteudismo é um entrave para o pensamento crítico. É preciso encontrar um equilíbrio entre o conteúdo específico e os conteúdos que atravessam todas as áreas.

Acaba que, como disse Machado *et al.* (2004), o trabalho do professor produz um efeito em seu objeto, no caso, o aprendizado dos alunos. Esse processo vai além, pois produz efeitos nos próprios professores, pois acabam por ter novas experiências. Ferreira Neto e Barbosa (2022) corroboram essa perspectiva ao apresentar um projeto sobre direitos da comunidade LGBTQIAPN+ na escola, tratando na perspectiva dos direitos humanos. Essa intervenção, oriunda de uma

sequência didática, reverberou em premiação no projeto de Boas Práticas (Ferreira Neto, 2022a), Feira de Ciências - etapa escolar e distrital (Ferreira Neto, 2023) e Professor Autor (Ferreira Neto, 2024). Tema pertinentes à realidade dos alunos e alunas, membros da Comunidade LGBTQ+ na EM JBS, que precisavam ser acolhidos na escola.

Segundo Ferreira Neto (2022b), práticas educativas que envolvam a comunidade LGBTQ+ na escola podem significar uma (re)construção das identidades, colaborando, assim, no processo formativo dos sujeitos históricos desse lócus educacional. Abordar os direitos homoafetivos e de gênero fomenta a formação de cidadãos prontos para exercerem seus direitos.

A problematização relacionada a sexo/gênero, segundo Butler (2003), sugere uma descontinuidade entre os corpos sexuados e os gêneros que foram culturalmente instituídos. Assim, conforme Foucault (1988), se torna possível desconstruir os corpos que foram disciplinados. Nessa esteira, conforme aponta Ferreira Neto (2022a; 2022b), é fundamental refletir sobre o efeito de desconstrução e problematização dessa ordem heteronormativa, por meio do protagonismo de estudantes homossexuais, travestis e transexuais na escola.

Como estamos tratando de corpos subalternizados, aproximamo-nos da próxima problemática a ser discutida neste trabalho, a partir do aparato documental investigado, que é o racismo. Nesse sentido, recorreremos aos estudos sobre racialidade, com autores que possuem lugar de fala sobre o tema para fundamentar a análise dessa problemática, tais como Bento (2022) e Nascimento (2019).

Na programação de 2024, destacamos a luta antirracista, que também se dirige a um grupo minorizado, no caso, à população negra. Esse comportamento social reverbera na sociedade e, conseqüentemente, ecoa nas salas de aula e pelos corredores das escolas, trazendo problemas de diversas ordens, afetando a autoestima e as identidades afro-brasileiras.

Quadro 2 - Programação do Curso de Formação do Conselho de Representantes de 2024.

Programação			
Data	Tema	Palestrante	Carga horária
29/nov/2023	Escola sem Racismo	Ana Cristina Guilherme	10h/a

	Conjuntura nacional e internacional contra o fim da violência contra as mulheres e em defesa da igualdade racial	Fátima Silva	
29/fev/2024	Reforma Administrativa	Dr. Eduardo Ferreira	10h/a
22/abr/2024	Debate sobre a 25ª semana nacional defesa da promoção da educação pública	Ana Cristina Guilherme	10h/a
14/ago/2024	Análise de conjuntura; campanha salarial de 2025; Planejamento do semestre.	Ana Cristina Guilherme	10h/a

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em novembro de 2023, o SINDIUTE promoveu uma formação para o Conselho de Representantes intitulada “Escola sem Racismo”. A escolha do mês não foi casual, pois em 20 de novembro celebra-se o Dia da Consciência Negra, data que homenageia Zumbi dos Palmares e convida à reflexão sobre a história e a luta do povo negro no Brasil (Sousa, 2024).

O nome da formação faz uma analogia crítica ao movimento “Escola sem Partido”, de cunho conservador e de extrema-direita, que, sob o discurso de despolitizar a escola, buscava na prática silenciar a atuação crítica dos docentes. Dessa forma, a iniciativa do sindicato se configura como uma resposta que valoriza a reflexão, a diversidade e a promoção de práticas educacionais antirracistas.

Cabe também nessa discussão, a ideia que a escola é um terreno propício para as pautas de uma educação antirracista, pois ela deve prezar pela diversidade e inclusão, no sentido amplo desses vocábulos, como presente nas próprias leis, nos documentos orientadores da educação, na formação de professores e em outras ferramentas normativas.

Inclusive, a iniciativa do sindicato respalda-se na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e tornou obrigatória a inclusão da disciplina “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da Educação Básica (Brasil, 2003), reforçando a promoção da diversidade e a

educação antirracista. Vale destacar que o conteúdo da citada estrutura normativa diz respeito ao currículo da Educação Básica, não ficando restrito a nenhum componente curricular obrigatório específico. É de responsabilidade de todos a implementação da lei para reparação histórica com a população negra no Brasil.

Nesse sentido, Sousa e Ferreira Neto (2023) trazem a experiência do desenvolvimento de práticas educativas por meio das aulas de Língua Inglesa. Ferreira Neto (2022c) também apresenta aforreferências para o desenvolvimento de aulas de Ciências. Esses são alguns exemplos de educação antirracistas, que foram desenvolvidos e apresentados pelos signatários da presente pesquisa ao longo de suas jornadas.

Apesar de já existir há bastante tempo, mais de 20 anos, a Lei nº 10.639/2003, muitas vezes não é efetivamente cumprida, sendo lembrada apenas de maneira superficial em datas específicas, o que não é suficiente para combater a discriminação racial de forma estruturada na escola. Grupos de Capoeira, por exemplo, são convidados de forma recorrente para apresentação nas escolas, mesmo quando esses contraditoriamente não encontram guarida nas escolas para desenvolver trabalhos, nem quando são oferecidos de forma voluntária.

No contexto da formação, o racismo foi discutido de forma aprofundada, acompanhada de uma análise de conjuntura que extrapolou as manifestações explícitas de discriminação. Aqui entra Bento (2022), segundo ela, os brancos detêm o controle dos meios de produção e, conseqüentemente, influenciam o que é debatido nas escolas, uma vez que também controlam as grandes empresas que oferecem pacotes de formação continuada em todo o Brasil.

Nesse sentido, um dos desafios apontados por Bento (2022) é justamente a urgência de promover discussões que confrontem as relações de dominação racial e de gênero presentes nas instituições. Cabe salientar que a escola pública é, em si, uma instituição racializada, o que reforça a necessidade de abordar o racismo. Nascimento (2019) postula que temos um *devoir negro*, entendido como uma tarefa coletiva de desvelar os preconceitos que silenciam a comunidade escolar da escola pública e periférica em geral. Nesse contexto, o educador antirracista tem papel fundamental, pois promoverá uma mudança social numa perspectiva reparadora.

Para Nascimento (2019), o acesso ao ensino de qualidade no Brasil sempre foi racializado, uma vez que os brancos, por meio dos grandes centros privados,

historicamente tiveram acesso a melhores condições de ensino e aprendizagem. Esse fenômeno não ocorre por acaso; segundo Bento (2022), ele faz parte de um acordo tático que opera silenciosamente, estruturando o sistema educacional de maneira a desfavorecer a população negra e a perpetuar desigualdades históricas.

No contexto da escola pública, a branquitude, segundo Bento (2022), oculta a relação entre racismo e pobreza, mantendo desigualdades históricas e transferindo a responsabilidade para os alunos negros, como se a exclusão fosse resultado de fracasso pessoal, e não de um sistema estruturalmente excludente.

Dessa forma, a discussão do racismo no âmbito da formação do Conselho de Representantes se torna ainda mais relevante, ao permitir que os educadores reflitam criticamente sobre os mecanismos estruturais que reproduzem desigualdades e moldam os conteúdos e práticas pedagógicas.

Para Nascimento (2019), os escravizados jamais aceitaram passivamente as condições impostas, demonstrando sempre atitudes combativas e subversivas diante da opressão. Além das questões relacionadas à população negra, LDB também teve uma atualização por meio da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, alterou a Lei nº 9.394/1996, que já havia sido modificada pela Lei nº 10.639/2003, passando a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Brasil, 2008). Assim, as estruturas normativas trouxeram à lume populações minorizadas no processo histórico na tentativa de uma reparação.

No que diz respeito aos aspectos raciais, Bento (2022) nos instiga a desvelar um pacto narcisista, operado por ideias eurocêntricas, que exclui corpos e instituições racializadas, como a escola pública. Nesse sentido, a formação promovida pelo SINDIUTE contra o racismo não apenas se faz necessária, como torna-se cada vez mais urgente, ao possibilitar reflexões críticas e práticas que enfrentam a exclusão estrutural e promovem a equidade na educação.

Segundo Imbernón (2016), salvo exceções, no contexto europeu, a formação de professores se baseia em “conteúdos científicos” que nem sempre refletem a realidade da sala de aula, sendo predominantemente técnica. Nesse sentido, o SINDIUTE se destaca ao oferecer uma formação que vai além dos cânones tradicionais, propondo um modelo mais conectado com a prática docente nas salas de aula de Fortaleza.

Nesse panorama, Imbernón (2016) também comenta que dominar uma disciplina é importante, mas não suficiente para ensinar. Assim, além de dominar o componente curricular, o professor deve também considerar as diversas demandas sociais presentes no cotidiano escolar. Essa postura se alinha à afirmação de Bento (2022), logo a formação do SINDIUTE, ao promover um movimento fora da curva tradicional, promove a quebra de um pacto pelo qual somente alguns setores da sociedade tomam vantagem. Assim, promove uma revisão de narrativa histórica feita de professores para professores, contrapondo uma educação bancária (Freire, 2023).

O trabalho do SINDIUTE vai ao encontro dos estudos de Freire (2023), pois a superação das desigualdades, a fim de atingir uma educação crítica e libertadora, depende da vontade dos menos favorecidos em transformar as engrenagens do sistema educacional vigente, muitas vezes impostas pelo Estado de forma violenta. Freire (2023) confirma que a força da nossa libertação vem de nós mesmos, pois os donos dos meios dominantes são incapazes de fazê-la.

De forma mais abrangente, Bento (2022) elucida que faz-se necessário romper o silêncio e refletir sobre formas diversas de violência, no contexto desse trabalho, o racismo e a LGBTFOBIA, a fim de que essas mesmas práticas não sejam reproduzidas, ou sejam pelo menos minimizadas.

A proposta formativa do SINDIUTE se aproxima da perspectiva de Candau e Russo (2010), pois afirma a escola como um lugar da diversidade e que precisa trabalhar as questões que envolvem os vários grupos inseridos na escola, assegurando um exercício com direção à dignidade da pessoa humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho convidou para uma reflexão sobre o papel do professor, como um sujeito histórico e, portanto, político, não neutro. Para isso, tomamos o percurso formativo proposto pelo SINDIUTE como objetivo de análise, tendo um dos professor-autores, o protagonismo nas vivências. Consideramos que devemos prezar por uma formação de professores que entenda a dignidade humana como um princípio fundamental para guiar a práxis no intuito de agregar a diversidade e suas epistemologias. Nesse sentido, a participação ativa da categoria nesse processo através de seu sindicato é fundamental. A partir da reflexão proposta, é preciso

destacar a atenção da categoria para políticas de retrocessos, com a invasão de instituições privadas com fins lucrativos.

Nesse cenário, devemos ficar atentos a potenciais armadilhas no que tange a formação dos professores. Por conta disso, acreditamos que o SINDIUTE tem realizado apontamentos essenciais nesse caminho, promovendo, por meio de recursos próprios, ações que nem o Estado nem a iniciativa privada promovem.

Nesse sentido, respondendo a nossa inquirição: Como a formação continuada do conselho de representantes do SINDIUTE reflete na prática dos professores em sala de aula? Foi percebido, a partir de algumas vivências, que a formação pode refletir diretamente de maneira na sala de aula, pois, por meio de seus representantes, promove o conhecimento e discussão de temáticas que são relevantes para nosso sistema de ensino.

A atuação do SINDIUTE contribui para romper esse ciclo do racismo e da LGBTfobia, promovendo debates e reflexões por meio de suas formações, oferecendo aos educadores ferramentas para questionar práticas excludentes e fortalecer uma educação com mais equidade.

Quem melhor do que os professores para compreender uma sociedade calcada em processos de desumanização? Nesse sentido, a entidade nos auxilia a perceber que a ausência de políticas educacionais efetivas é fruto de uma ordem social injusta, que pune os menos favorecidos e limita a transformação social. Nesse sentido, esse trabalho abriu a possibilidade de pensar criticamente sobre a diversidade de sujeitos históricos que atravessam as escolas junto com suas problemática e luta por direitos e, sobretudo, sua dignidade.

5. REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**: silêncios e privilégios na sociedade brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação básica**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Rev. Diálogo Educ.** [online]. 2010, vol.10, n.29, pp.151-169. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416X2010000100009&script=sci_abstract. Acesso em: 15 out. 2025.

FERREIRA NETO, José Olímpio. Diálogos sobre a diversidade sexual e de gênero na escola: um relato de experiência. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA. **Projeto Professor Autor**: fazendo histórias... trocando figurinhas (vol.2). Fortaleza: SME, 2024. 230p.

FERREIRA NETO, José Olímpio; VERAS, Ana Beatriz Rodrigues; MARTINS, Marina Maciel. Diversidade Sexual e de Gênero: diálogos sobre direitos e deveres. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA. Livro de Resumos da XI Feira Municipal de Ciências e Cultura de Fortaleza [recurso eletrônico]. Fortaleza: SME, 2023. 171p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nJIVeh1p81FXfRKHfHejBH0sRLm6wYjW/view>. Acesso em: 11 set. 2025

FERREIRA NETO, José Olímpio; BARBOSA, Fabiano Geraldo. Educação Sexual na Escola: um diálogo sobre direitos da comunidade LGBTQIAPN+. **Ciência em Movimento** - Educação e Direitos Humanos, v. 24, n. 50, de dezembro de 2022.

FERREIRA NETO, José Olímpio. Educação Sexual: Diálogos sobre diversidade sexual e de gênero. Projeto Boas Práticas. Fortaleza: EM JBS/SME Fortaleza, 2022a.

FERREIRA NETO, José Olímpio. Educação Sexual para a Diversidade Sexual na Escola: Diálogos sobre Direitos Homoafetivos e de Gênero. In: ALMEIDA, Sinara Mota Neves de; FARIAS, Cristiane Jurdênia de; OLIVEIRA, Francisco Thiago Chaves de (orgs.). **Cultura, direitos humanos e inovação educacional**: diálogos na ação docente [recurso eletrônico]. Fortaleza: Imprece, 2022b. 511p. Disponível em: https://www.imprece.com.br/wp-content/uploads/2023/05/E-BOOK-03_FORMA%C3%87%C3%83O-DOCENTE_UNILAB.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

FERREIRA NETO, José Olímpio. Práticas pedagógicas para Ciências da Natureza: buscando afrrerreferências. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n.1 , 1–11, 2022c. Disponível em:

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2025.
<https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v6i1.8821>

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8948>.

Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, Robson Carlos da; FERREIRA NETO, José Olímpio. O protagonismo do Grupo Senzala na capoeira de Fortaleza e Teresina (1980-1990). **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–14, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4551>. .

Acesso em: 15 out. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular Referencial de Fortaleza: Educação básica**. Fortaleza: SME, 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IMBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado: uma mudança necessária**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MACHADO, Anna Rachel. **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina: Eduel, v. 325, 2004.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

SOUSA, Clauber Nascimento de; FERREIRA NETO, José Olímpio. Aula de inglês antirracista: uma reflexão sobre as africanidades brasileiras e norte-americanas.

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, [S. l.], v. 4, n. 1, 2023. DOI:

10.18227/2675-3294repi.v4i1.7897. Disponível em:

<https://revista.ufrb.br/repi/article/view/7897>. Acesso em: 2 set. 2025.

SOUSA, Clauber Nascimento de. **Relatos autobiográficos da formação do SINDIUTE: fragmentos do ciclo formativo de 2023**. Fortaleza, 2023.

SOUSA, Clauber Nascimento de. **Relatos autobiográficos da formação do SINDIUTE: fragmentos do ciclo formativo de 2024**. Fortaleza, 2024.

ZEICHNER, Kenneth M. **Políticas de formação de professores nos Estados Unidos**. Como e por que elas afetam vários países do mundo. Belo Horizonte, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2025.

<https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v6i1.8821>

Autor 1. Mestrando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Professor de Língua Inglesa do Ensino Fundamental II.

Autor 2. Doutorando no Programa de Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana. Mestre em Ensino e Formação Docente pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Especialista em Ensino da Biologia e em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio. Professor de Ciências do Ensino Fundamental II.

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

SOUSA, C. N. de.; FERREIRA NETO, J. O.. Formação para representantes do SINDIUTE: Racismo e LGBTfobia em pauta. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v6i1.8821. Disponível em: <https://revista.ufrn.br/repi/article/view/8821>.

Submetido em: 30/09/2025

Revisões requeridas em: 15/10/2025

Aprovado em: 30/10/2025